

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 46.139.056,83 euros e um total de fundos próprios de 11.846.169,67 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 286.596,53 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.795.460,50 euros de despesa paga e um total de 9.754.908,61 euros de receita cobrada) do exercício findo nesta data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo do **MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

Sede
Rua. batalha Reis, n.º 81, 2.º Piso
6300-668 GUARDA
Tel. 271 227303 * Fax. 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - Ed. Mond - Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel. 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marques.de.almeida@netc

Delegação Viseu
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1.º Post/Esq
3510 - 030 VISEU
Tel: 232 432507 * Fax: 232 432509
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão executivo, utilizadas na sua preparação;
 - A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Como resultado do nosso exame anotamos que:
- 7.1. não foi possível pronunciarmo-nos sobre as contas consolidadas em virtude de até à presente data não nos terem sido disponibilizadas.
- 7.2. a dívida à ADSE no montante de 731.057,13 euros relevada na contabilidade da autarquia, e resultante dos encargos com o reembolso das despesas de saúde dos funcionários da Autarquia, encontra-se em mora.

OPINIÃO

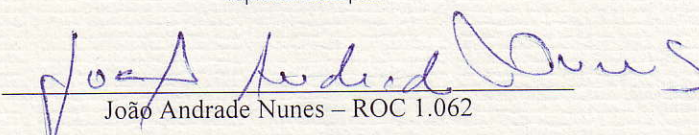
8. Em nossa opinião, com excepção do salientado nos pontos anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 9.1. A execução orçamental global da receita e da despesa foi respectivamente de 35,934% e 36,083%.
- 9.2. O montante do endividamento líquido total do município e dos contratos de empréstimo de médio e longo prazo não se enquadram nos limites previstos na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), tendo-se agravado em 2009, de acordo com os critérios da DGAL, em 1.908.748,18 euros, não cumprindo com os requisitos estabelecidos no n.º 2 do artigo 37.º da Lei das Finanças locais.
- 9.3. Relativamente aos investimentos financeiros em empresas participadas é utilizado o custo de aquisição.
- 9.4. Não foi reconhecido no acréscimo de custos o montante de 50.000€, a transferir para a EMCEL, E.M., no início de 2010, para dar cumprimento ao disposto n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

Viseu, 14 de Abril de 2010

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADO, SROC n.º 176.
representada por:


João Andrade Nunes – ROC 1.062